

Educação pode ser outro foco de corrupção

Fortaleza — Uma nova fonte para corrupção, depois das emendas do Orçamento e subvenções sociais, começará a ser investigada esta semana. Trata-se do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que passará por uma devassa do Tribunal de Contas da União (TCU), por requisição do deputado federal Sigmarinha Seixas (PSDB-DF), a pedido do deputado Jackson Pereira (PSDB-CE).

O deputado cearense disse que recebeu denúncia de irregularidades no FNDE de funcionários do próprio setor no Ministério da Educação. Dois terços do FNDE são repassados aos estados e municípios, e um terço é controlado por parlamentares, através de convênios com entidades que eles mesmos indicam. O TCU vai analisar critérios para a liberação do FNDE a entidades privadas, e se houve privilégios para deputados, informou.

Segundo Jackson Pereira, alguns deputados gozavam de atenção privilegiada, exercendo controle no FNDE, transformado numa espécie de subvenção. O deputado informou que a Receita Federal no Ceará investiga para a CPI do Orçamento a movimentação patrimonial dos últimos cinco anos do senador Mauro Benevides (PMDB-CE) e do deputado Carlos Benevides (PMDB-CE).